



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PORANGATU  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

LAYSSA MUNIZ SANTOS

**A CONTRIBUIÇÃO DA ANTROPOLOGIA FORENSE PARA O CONHECIMENTO  
HISTÓRICO**

PORANGATU  
2023

LAYSSA MUNIZ SANTOS

**A CONTRIBUIÇÃO DA ANTROPOLOGIA FORENSE PARA O CONHECIMENTO  
HISTÓRICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do título de licenciado(a) em História, pela Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Porangatu, sob orientação do Profº Dr. José Fernando Saroba Monteiro.

PORANGATU  
2023

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UEG  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

SSA23 7c	Santos, Layssa Muniz A contribuição da Antropologia Forense para o conhecimento histórico / Layssa Muniz Santos; orientador José Fernando Saroba Monteiro. -- Porangatu, 2023. 26 p.  Graduação - História -- Unidade de Porangatu, Universidade Estadual de Goiás, 2023.  1. Antropologia Forense. 2. Conhecimento Histórico. 3. Identificação. I. Monteiro, José Fernando Saroba, orient. II. Título.
-------------	---

LAYSSA MUNIZ SANTOS

A CONTRIBUIÇÃO DA ANTROPOLOGIA FORENSE PARA O CONHECIMENTO  
HISTÓRICO

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como exigência parcial para  
obtenção do título de licenciado(a) em  
História, pela Universidade Estadual de  
Goiás – Unidade Universitária de  
Porangatu, sob orientação do Profº Dr.  
José Fernando Saroba Monteiro.

Aprovado em \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_, pela Banca Examinadora constituída pelos professores

---

Profº José Fernando Saroba Monteiro  
Doutor em História  
Universidade Estadual de Goiás - UEG

---

Profº Juliano de Almeida Pirajá  
Mestre em História  
Universidade Estadual de Goiás – UEG

---

Profº Luís Rafael da Silva Valadão  
Especialista em Educação para Diversidade, Direitos Humanos e Cidadania  
Universidade Estadual de Goiás – UEG

# A CONTRIBUIÇÃO DA ANTROPOLOGIA FORENSE PARA O CONHECIMENTO HISTÓRICO<sup>1</sup>

LAYSSA MUNIZ SANTOS<sup>2</sup>

## RESUMO

Este artigo visa apontar a Antropologia Forense (AF) como uma ferramenta relevante para o Conhecimento Histórico, visto que utiliza de evidências científicas para a promoção da designação de identidades, especialmente em casos com ossadas e restos mortais em estado avançado de decomposição, em que sua identificação seria inviável por outros meios. Seja no auxílio da designação de vítimas de desastres, crimes, ou ossadas arcaicas, a AF torna-se fundamental para que estes sejam reconhecidos na História. Assim, por meio de uma pesquisa qualitativa, fundamentada bibliograficamente, busca-se responder a seguinte problemática: De que modo a Antropologia Forense pode ser utilizada em contribuição com a Ciência Histórica? Com isso, objetiva-se demonstrar como esta ciência é capaz de cooperar com o conhecimento histórico no acúmulo de dados relacionados a fontes históricas, tais como ossadas, cadáveres e restos mortais, e compreender o modo como a AF realiza a identificação dos corpos.

**Palavras-chave:** Antropologia Forense. Conhecimento Histórico. Identificação.

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a banca como exigência parcial para obtenção do grau de licenciado(a) em História na Universidade Estadual de Goiás.

<sup>2</sup> Acadêmica em História. Universidade Estadual de Goiás – UEG. e-mail: layssa.muniz@hotmail.com

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. A ANTROPOLOGIA FORENSE E A IDENTIFICAÇÃO HUMANA.....	8
3. A IDENTIFICAÇÃO DOS RESTOS MORTAIS.....	12
4. A CONTRIBUIÇÃO DA ANTROPOLOGIA FORENSE PARA O CONHECIMENTO HISTÓRICO.....	16
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	21
REFERÊNCIAS .....	22

## 1. INTRODUÇÃO

A identidade é o conjunto de características físicas, funcionais e psicológicas que personalizam uma pessoa, distinguindo-a das demais (SILVA, 2015). Para a designação, portanto, é necessário comparar características, buscar concordância entre os dados registrados em vida e os dados obtidos durante a análise dos restos mortais, por meio de uma série de procedimentos voltados à personalização de uma ossada, deste modo, pode-se dizer que este é um processo objetivo, repleto de evidências científicas e bem fundamentadas (CUNHA, 2019).

A Antropologia Forense (AF) surgiu no início da década de 1970 (UBELAKER, 2018), vinculando conceitos e métodos utilizados nos aspectos sociais e biológicos da antropologia com técnicas arqueológicas apropriadas (ALAF, 2016). Seu principal objetivo é auxiliar na identificação dos indivíduos e na determinação de outros aspectos relacionados à morte: causa, circunstâncias, tempo estimado decorrido desde a morte, etc. (CUNHA, 2014).

Deste modo, por meio da AF é possível trabalhar com ossadas ou restos humanos de difícil identificação e realizar uma caracterização mais ampla de sua vivência e outros aspectos que forneçam um papel mais amplo de quem foi esse indivíduo na sociedade. Nos desastres, guerras, acidentes, ou mesmo em relação as ossadas pré-históricas, esta ciência fornece dados essenciais a História. Assim, por meio de uma pesquisa qualitativa, fundamentada bibliograficamente, busca-se apresentá-la como uma ferramenta que contribui com o conhecimento histórico.

São incontáveis os casos de desaparecidos políticos, esqueletos pré-históricos encontrados em diferentes regiões, corpos em estado avançado de decomposição, todas essas pessoas fizeram parte da História, mas sem a utilização de uma metodologia adequada, suas identidades nunca se tornaram minimamente relevante. Por isso, este artigo visa responder a seguinte problemática: De que modo a Antropologia Forense pode ser utilizada em contribuição com a Ciência Histórica?

Este artigo objetiva demonstrar como a Antropologia Forense é uma ferramenta capaz de cooperar com o conhecimento histórico no acúmulo de dados relacionados a fontes históricas, tais como ossadas, cadáveres e restos mortais, e compreender o modo como a AF realiza a identificação dos corpos.

## 2. A ANTROPOLOGIA FORENSE E A IDENTIFICAÇÃO HUMANA

De acordo com Pickering e Bachman (2009), a Antropologia Forense é um campo aplicado da antropologia física através do qual são identificados ossos ou indivíduos em estado de decomposição por razões jurídicas e humanitárias. Este tipo de trabalho é frequentemente realizado em colaboração com uma variedade de profissionais, como dentistas, patologistas, bioarqueólogos, etc. A AF busca designar sujeitos mortos ou vivos por meio de sinais e marcações específicas que os personalizem, assim como outros em grupos, como achados odontológicos e ortopédicos; visa identificar indícios de conduta criminosa, capazes de indicar como ocorreu a morte, e a hora da morte.

Os primeiros precursores desse ramo da AF podem ser encontrados nas prisões de Puebla e na Cidade do México no final do século XIX e início do século XX. Em Puebla, o trabalho relacionado com os detidos nas prisões é realizado pelos médicos Francisco Martínez Baca e Manuel Vergara, cujos interesses profissionais os levam a se aventurar em outros campos do conhecimento fora da medicina e a se reconhecerem como médicos e antropólogos (ZAID, 2006).

Ao contrário dos legistas, osteólogos e ortopedistas, os antropólogos físicos, que se especializam na escavação e extração de restos esqueléticos, produto da arqueologia e de sepultamentos recentes, adquiriram uma forte capacidade de identificar restos inteiros no local, como fragmentos de ossos, bem como diferenciar os tecidos esqueléticos humanos e pertencentes a outras espécies (ZAID, 2006).

Percebe-se que a distância entre ciência forense e antropologia física forense é muito cuidadosa; por outro lado, seus pontos de sobreposição são numerosos e, portanto, suas interações são extensas. Entre essas duas disciplinas, apenas a profissão pode mediar, por isso devemos deixar de lado a inveja profissional; portanto, os esforços colaborativos reduzirão os casos não resolvidos (ZAID, 2006).

Segundo Cunha (2014), os avanços recentes na área têm ajudado a solucionar diversos casos, até então, esses podem permanecer sem solução caso não haja uma atuação deste profissional. A expertise desses profissionais foi fundamental após os ataques de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, pois eles foram incumbidos de analisar fragmentos ósseos e restos carbonizados (CUNHA, 2017). A especialização nesta área é focada principalmente em indivíduos com problemas esqueléticos, totais ou parciais, no entanto, analisar os estágios de



decomposição cadavérica também depende da AF (CUNHA, 2014). Segundo, ainda, Linda Klepinger:

A demanda em Antropologia Forense aumentou nas últimas décadas. O que inicialmente começou como uma busca pela identificação de pessoas a partir de restos esqueléticos, passou a incluir a análise de restos em decomposição, queimados, ainda conservados – e até mesmo vivos. As análises frequentemente giram em torno de evidências do horário da morte, das circunstâncias em que o corpo foi descartado, de traumas fatais, de esquartejamento, de abusos ou negligências prévias e de evidências de recuperação (KLEPINGER, 2006, p.15).

É importante notar que identificação não é o mesmo que o reconhecimento (CUNHA, 2019) pois, ao contrário da necessidade de objetividade no processo de designação, o processo de reconhecimento é passível de erros e falhas por ser sustentado por conhecimento prévio e a subjetividade de quem o realiza (SILVA, 2015).

O processo de investigação da identidade de uma vítima deve ser realizado em três etapas: 1) busca e coleta de informações *ante mortem*; 2º) exame *post-mortem*; 3º) evidências *post-mortem* observadas e sua análise comparativa com evidências *ante mortem* (ASSIS, 2011). Nos exames de antropologia forense, a determinação física da vítima e a causa da morte são os alvos prioritários.

Acerca do exame antropológico, Francisco aponta:

[...] é realizado com a finalidade de determinar um perfil biológico e auxiliar a identificação de uma ossada. A identificação pode ocorrer utilizando-se apenas Antropologia Forense ou, em última hipótese, o perfil bioantropológico servirá como triagem com vistas a uma futura análise de DNA. Dessa forma reduz-se o número de prováveis ossadas que possam ser de determinada pessoa desaparecida e se realizam menos análises de DNA, conseqüentemente, há redução de custos e, até mesmo, de tempo de processo (FRANCISCO, 2013, p. 129).

Através de observações morfológicas dos ossos, e da recolha de parâmetros de referência de estudos anteriores dos ossos identificados, irá primeiro determinar a espécie a que pertencem os restos encontrados, cujo diagnóstico pode ser problemático quando existem apenas pequenos fragmentos ou apenas um ou vários fragmentos de dentes isolados e às vezes fracionados (SAUKKO; KNIGHT, 2004).

A esse respeito, é preciso lembrar que o osso não é um órgão morto como comumente se acredita, mas participa das atividades vitais da pessoa e, mesmo seco e enterrado (isto é, sem vida), continua interagindo com o solo em que foi depositado. Por outro lado, não se deve esquecer que no ser vivo os ossos estão associados às partes moles: músculos, tendões, tecido celular subcutâneo, etc., que deixam uma marca na sua superfície, ou no caso de certas patologias, na sua

profundidade (ZAID, 2006).

Em 2006, cientistas do Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto anunciaram o desenvolvimento de uma técnica baseada em genética molecular que permite identificar uma espécie altamente eficaz, denominada "SPIDplex", a partir de amostras de cabelo, sangue e até fragmentos de osso ou dente graças a divergências que existem na sequência genética de cada espécie que está armazenada no DNA mitocondrial (SOARES, 2006).

Vanrell (2009) menciona que as arcadas dentárias são essenciais para a identificação de restos carbonizados, fragmentados, decompostos ou esqueléticos, pois possuem requisitos biológicos básicos (únicos, perenes e invariáveis), além dos requisitos técnicos (praticidade e classificabilidade).

O envolvimento da odontologia forense levou ao estabelecimento de padrões para aplicação de exames odontológicos para impor estimativas de raça, sexo, idade ao óbito e estatura de vítimas de homicídio ou desastre em massa (CARVALHO, 2009).

O antropólogo forense, então, tentará determinar a afinidade populacional, o sexo, a idade à morte e a altura da vítima para poder identificá-la estudando variáveis que podem ser qualitativas e/ou quantitativas, ou seja, a partir de características morfológicas observadas (corpo, dados microscópicos) e/ou características morfológicas que podem ser medidas (dados de medição corporal) (ASSIS, 2011).

Quando se trata de fatores individualizantes, placas osteossintéticas (colocadas em cirurgia para consolidar fraturas), vestígios de cirurgia, osteófitos (comumente chamados de bicos de papagaio) e fraturas ósseas antigas ilustram bem o que se examina no esqueleto. Quando nenhum dos fatores está individualizando suficientemente ou quando não há elementos de morte a enfrentar, pode-se usar o zoom facial<sup>3</sup>, que é considerado uma subárea da antropologia forense (CUNHA, 2019).

Os padrões das lesões ósseas traumáticas são específicos dependendo do tipo de instrumento utilizado para gerá-las, dependendo do ângulo, direção e força exercida sobre elas, um mesmo instrumento pode causar vários tipos de lesões (UBELAKER, 1991). Os danos físicos causados ao corpo por tais ferramentas

---

<sup>3</sup> Zoom facial: A face do sujeito é reconstruída por meio dos parâmetros de seu crânio

podem ser divididos em três categorias: contundentes, perfurantes e cortantes. Um trauma contuso ocorre quando uma superfície resistente colide com qualquer parte do corpo. Há os traumas cortantes que consistem em cortes, enquanto objetos perfurantes causam danos penetrante. (CATTANEO; CAPELLA; CUNHA, 2017).

Outro ponto importante na interpretação dessas alterações é determinar se os sinais de lesão apresentados são consequência de fatores presentes durante a vida do indivíduo (ante mortem), se ocorreram na época da morte do indivíduo (peri mortem), ou se eles estão associados a elementos pós-morte (post mortem). Nessa perspectiva, a tríplice distinção do trauma é complexa, envolve múltiplos fatores e representa um desafio para os antropólogos forenses (CATTANEO; CAPELLA; CUNHA, 2017).

Na pesquisa de arqueologia e paleontologia humana, técnicas e procedimentos específicos são aplicados à exploração, escavação e análise de restos mortais humanos esqueléticos, a fim de maximizar a quantidade e a qualidade das informações sobre restos cadavéricos encontrados durante o trabalho de campo. Neste tipo de investigação, um antropólogo forense integra uma equipe multidisciplinar e desempenha um papel de liderança tanto na fase de escavação e apresentação dos restos mortais, como na fase de exame, procurando determinar qual o material (ossos e dentes) é conclusivo, e até que ponto é possível identificar e estimar as causas e circunstâncias da morte (CONGRAM; FERNANDEZ, 2006).

Santinho Cunha e Ferreira (2011) afirmam que os antropólogos forenses devem atuar quando o cadáver de uma vítima ou restos humanos não puderem ser identificados por suas características físicas ou impressões digitais. Assim, o papel do antropólogo forense é intervir na identificação das vítimas de homicídio, suicídio, guerra e desastres em massa.

Considerando sua relação com outras ciências, a antropologia forense pode contribuir muito para identificar pessoas vivas ou cadáveres relativamente novos, auxiliando a história ao identificar figuras antigas (IBARS; MALGOSA, 2009)

Há uma forte ligação entre identidade, espaço e tempo. Na construção da identidade, conectar espaços e reconhecer a importância do pertencimento é fundamental. A importância da temporalidade se dá porque a composição das identidades coletivas está intimamente relacionada a um passado compartilhado e seus valores (WASSERMAN, 2001).

Quanto mais a vida é moldada pelo mercado global de estilos, lugares e

imagens, viagens internacionais, imagens da mídia e sistemas de comunicação globalmente interconectados, mais as identidades se tornam separadas do tempo, lugar, história e tradição - separadas do - concreto, parece ser 'livre' -flutuar'. Somos confrontados com uma gama de diferentes identidades (cada uma apelando para nós, ou melhor, para diferentes partes de nós), entre as quais parecemos ser capazes de escolher (HALL, 2006).

Em todo caso, apesar de seus efeitos gerais paradoxais, a globalização acaba tendo o efeito de competir e deslocar identidades centrais, encerrando-as em culturas nacionais e multiplicando identidades para que se tornem mais diversas. Tudo isso afeta o processo de identificação, tendo em vista as mudanças acarretadas nos indivíduos em decorrência destas alterações, sejam elas físicas ou sociais.

Para a antropologia social, compreender a identidade significa transcender as barreiras da ideologia, interesses de classe, contexto histórico e outros fatores. As pessoas devem buscar a identidade por meio de referências que caracterizem a identidade no tempo e no espaço (MACHADO, 1998). Segundo Menezes (1984), o alicerce fundamental da identidade é a memória, que retém informação, conhecimento e experiência no nível individual e social, tornando-a lógica e inteligível.

A tipagem molecular do material genético foi usada oficialmente pela primeira vez em 1995 por Jeffreys, Brookfield e Semeor, e mais tarde para elucidar o crime, deste modo, a genética forense nasceu. Desde então, a criminologia e a medicina legal adquiriram uma nova técnica interpretativa no esclarecimento do crime e na identificação humana (REMUALDO, 2005).

### **3. A IDENTIFICAÇÃO DOS RESTOS MORTAIS**

Os ossos, como tecidos e órgãos, são afetados por fatores endógenos (hematopoiese, metabolismo, distúrbios endócrinos, doenças infecciosas) e fatores exógenos (trauma, pressão de trabalho, pressão nutricional, fatores culturais) ao longo da vida de um indivíduo. A sua estruturação é assim estruturada no tempo e no espaço de acordo com princípios filogenéticos (evolução), raça (ancestralidade), sexo, ontogenia (no seu crescimento e desenvolvimento), individuais (em termos de

intensidade e tipo de atividade física) e culturais (em termos de costumes culturais profundamente enraizados) (CUENCA, 1994).

Primeiro, as características biológicas gerais do indivíduo são determinadas, e ele é considerado um membro da população com um sexo específico, uma idade definida, padrões étnicos e características físicas específicas detalhadas (altura, proporções corporais). Posteriormente, a biologia individual do paciente é diagnosticada, incluindo anormalidades esqueléticas, patologia, estado de saúde, lateralidade e, se o crânio estiver em boas condições, pode ser realizada a reconstrução facial do indivíduo (CUENCA, 1994).

Para a determinação do sexo dos restos esqueléticos, são estudadas as características morfológicas e métricas do dimorfismo sexual<sup>4</sup>. Com as características morfológicas é possível avaliar o trabalho de forma holística e obter uma apreciação global, esses estudos são os "objetivos", descritos em diferentes manuais como o de Campillo e Subirà (2014), que exigem conhecimento da anatomia humana e uma investigação da experiência e conhecimento da população à qual um indivíduo pertence. Assim, esta "objetividade" da avaliação visual será empírica e subjetiva, deste modo mais propensa ao erro e não dará uma avaliação que garanta certeza (DEL RIO, 2000).

Quando os elementos-chave não são reservados para a determinação do sexo, como o crânio ou a pelve, utiliza-se de análises métricas de outros tons como medidas discriminativas, mas estas parecem ser limitadas por critérios temporais e espaciais. Portanto, cada estudo de identificação será realizado em um momento definido em uma população com um traço morfológico específico, pois não pode ser aplicado a outros motivos, horários ou locais sem perda de confiabilidade, como atribuições errôneas ou ângulo inicial importante (DEL RIO, 2000).

A respeito da falta de parâmetros únicos a respeito da identificação humana, Silva aponta que:

As metodologias aplicadas num processo de identificação humana, sejam as de caráter morfológico, sejam as de caráter morfométrico, não são completamente exatas, pelo que todas têm a sua utilidade, devendo ser aplicadas complementarmente, de modo a que umas possam corroborar os resultados obtidos por outras (SILVA, 2015, p 59).

Para realizar um estudo estatístico, é necessário coletar amostras de diferentes indivíduos de diferentes idades. Em caso da necessidade de comparação

---

<sup>4</sup> Dismorfismo sexual: características físicas não sexuais que determina a diferença de indivíduos do sexo feminino e masculino.

de amostras, deve levar em consideração que algumas doenças afetam alguns genótipos mais do que outros, logo, nem todas as amostras podem ser comparadas (MUÑOZ, 2013).

Os métodos usados para estimar a idade têm pontos fortes e limitações, neste sentido, não serão totalmente precisos, duas fontes de erro podem ser observadas, diferenças individuais indicadas pelo desvio padrão do método e diferenças entre a população amostral e a população fonte. Deve-se levar em consideração que ao fazer a estimativa de idade é sempre feita em intervalos de cerca de 10 a 20 anos, com uma abordagem mais específica você poderá especificar mais a idade. Esses métodos funcionam em partes específicas do esqueleto, que são o crânio, clavícula, costelas, vértebras, pelve e dentes (RAMEY, 2007).

A definição de idade, dependendo do período da vida em que encontramos os restos mortais, tem diferentes problemas, o mais difícil de definir é o período fetal, embora também haja problemas com a idade adulta, especialmente da primeira metade à terceira década (CAMPILLO; SUBIRÁ, 2004).

Ao determinar o sexo de um indivíduo subadulto, deve-se levar em consideração que está relacionado à idade, porque quando a puberdade se aproxima é possível fazer um diagnóstico de sexo pelos mesmos critérios como um adulto. No entanto, na primeira infância e no segundo trimestre, a margem de erro é maior, assim, para determinar sua idade, são utilizados cálculos de funções diferenciais, que são obtidas a partir de uma ou mais medidas pertencentes a mais de um osso, geralmente ossos longos (CAMPILLO; SUBIRÁ, 2004).

Essas características podem determinar o sexo de pessoas com má condição física e aquelas que não possuem ossos preservados, como pelve ou crânio. Para calculá-lo, recomenda-se realizar uma função discriminante em indivíduos bem diagnosticados pertencentes à mesma população, ou de uma população semelhante (CAMPILLO; SUBIRÁ, 2004).

Em relação à altura, encontram-se vários problemas para determinar a altura do adulto porque ela se baseia nas medidas dos ossos longos das extremidades, o que significa que não é um método totalmente confiável. Entre eles, os ossos das extremidades inferiores são mais valorizados porque tendem a ter maior influência na altura de um indivíduo. Da mesma forma, existem algumas fórmulas que não são totalmente confiáveis (CAMPILLO; SUBIRÁ, 2004).

Deve-se levar em consideração que, mesmo que duas pessoas sejam do mesmo tipo, não há correlação constante entre comprimentos superiores e inferiores e, além disso, existem diferenças entre os diferentes sexos. As mesas mais utilizadas são a de Manouvrier e a de Trotter e Gleser (CAMPILLO; SUBIRÁ, 2004).

Diversas doenças podem afetar as ossadas de modo a dificultar sua identificação, como ocorre por meio das infecções bacterianas, uma delas é a sífilis, causada pela bactéria *Treponema pallidum*. Os ossos que geralmente são afetados se presentes no interior do feto são o crânio, rádio, cotovelo e tíbia, e se transmitido sexualmente, afeta o osso frontal e os membros próximos à tíbia e ao úmero. Outra doença que causa empecilhos nessa determinação é a tuberculose esquelética, causada pela bactéria *Mycobacterium tuberculosis*, geralmente afetando a coluna vertebral, quadril e joelho (RAMEY, 2007).

A doença faz parte da dinâmica da vida, inscrita em todas as esferas da relação entre o homem e a natureza e entre o homem e o homem – uma variedade de inscrições apropriadas pela historiografia de diferentes maneiras. Como resultado, vários excertos de histórias de doenças representam análises às vezes biológicas, às vezes sociais, de maneira muitas vezes reducionista. Outras análises buscam compreender os processos de construção social que enquadram a doença como fenômeno social sem negar sua base fisiopatológica (NASCIMENTO, 2005).

É nessas circunstâncias que julgo pertinente uma reflexão sobre a história da doença. Segundo Jacques Le Gooff, assim como a história, a doença, enquanto fenômeno social, também é uma construção. Uma série de fatores científicos, sociais e políticos contribuem para a existência de uma doença, estudada no tempo e no espaço. Em outras palavras, diferentes grupos, a cada momento, atribuem significado específico à entidade fisiopatológica conhecida como doença (LE GOFF, 1984).

Além disso, a raiz da doença é o corpo, então o corpo é coberto de símbolos, e a interpretação dos símbolos depende da manifestação do corpo e da doença em cada grupo social em diferentes dimensões de tempo (NASCIMENTO, 2005).

Podemos argumentar que existem diferenças marcantes entre diferentes grupos sociais na forma como eles sofrem ou respondem à doença. As condições patológicas que dominaram uma época – peste bubônica no século XIV, tuberculose no século XIX – retrocederam em outra, enquanto outras prevaleceram, como tumores, doenças cardiovasculares e, mais recentemente, AIDS (BERLINGUER

apud NASCIMENTO, 2005).

Tratar o corpo como um objeto, assim liberto de sua história específica, leva os médicos a relacionarem-se mais com as doenças do que com os pacientes – o corpo passa a ser explicado epidemiológica e demograficamente. Dessa forma, os métodos quantitativos geralmente removem rostos humanos se puderem trazer grandes massas para a história a partir da agregação de dados (NASCIMENTO, 2005). Neste sentido, Ginzburg (1989, p. 165) aponta: “em primeiro lugar, não bastava catalogar todas as doenças até compô-las num quadro ordenado: em cada indivíduo a doença assumia características diferentes.”

A análise osteopatológica, estudo das doenças que afetam o esqueleto, representa uma etapa fascinante no processo de individualização na reconstrução da biografia ante morte de indivíduos e populações. A estimativa do estado de saúde-doença de um grupo de indivíduos permite relacionar aspectos biológicos e culturais (bioculturais) (CUENCA, 1994).

#### **4. A CONTRIBUIÇÃO DA ANTROPOLOGIA FORENSE PARA O CONHECIMENTO HISTÓRICO**

De acordo com Delwing (2013) dar identidade a alguém é reconhecer seus plenos direitos e obrigações, revelar a identidade de um corpo que já não vive, está salvando uma parte de sua história, prova a morte e comprova o fim da pessoa natural. Diante disto, a morte é uma problemática que deve ser enfrentada sem permitir que o indivíduo e sua identificação se percam. Segundo Elias:

A morte é um problema dos vivos. Os mortos não têm problemas. Entre as muitas criaturas que morrem na Terra, a morte constitui um problema só para os seres humanos. Embora compartilhem o nascimento, a doença, a juventude, a maturidade, a velhice e a morte com os animais, apenas eles, dentre todos os seres vivos, sabem que morrerão; apenas eles podem prever seu próprio fim, estando cientes de que pode ocorrer a qualquer momento e tomando precauções especiais [...] para proteger-se contra a ameaça de aniquilação. (ELIAS, 2001, p. 10).

Claro que na realidade nunca foi fácil morrer, mas as sociedades tradicionais costumavam cercar os moribundos e receber as suas mensagens até ao último suspiro. Hoje em dia a morte é apenas mais um caso clínico e um número nos hospitais. Tornou-se solitário e muitas vezes humilhante para o moribundo, bem como embaraçoso para os familiares enlutados (ARIÈS, 2012).



Esse comportamento antimorte na sociedade atual só pode realmente ser percebido quando comparado com o passado, um grupo social exposto a funerais e mortes todos os dias, em contraste com um grupo onde nem mesmo a imagem dos mortos pode ser imaginada. A morte é negada como parte do ciclo da vida, pois é um fenômeno além do controle humano e desconhecido. Deste modo, a antropologia forense coopera com a compreensão da morte, e da história do indivíduo.

A pesquisa populacional e forense contribui para a arqueologia na identificação de linhagens ancestrais, paternas através do cromossomo Y e maternas através do mtDNA, com a possibilidade de investigar os ancestrais do ancestral comum de todos os Homo Sapiens. A busca contínua do homem moderno pelo conhecimento de suas origens resultou na criação de um elo entre Genética e Arqueologia, que pode levar a simulações de cenários já desenhados no passado e testes de combinações, eventos mutacionais e até mesmo estimar o tempo de diferentes colonizações (MATSUMURA, 2008).

Como resultado, a osteologia avançou significativamente ao longo dos anos, pois a análise esquelética atual foi além da parte morfológica. Nesse sentido, as contribuições técnicas da ciência dos materiais são cruciais para o estudo de restos esqueléticos (PÉREZ, 2017).

A genética molecular também deu uma grande contribuição à pesquisa em osteologia, porque com ela é possível extrair DNA de ossos antigos e construir um mapa genético, assim como fizeram com os neandertais. A ciência avançou a tal ponto que hoje é possível entender a dieta de nossos ancestrais seguida há milhares de anos, com base em análises físico-químicas, como estudos isotópicos<sup>5</sup> (PÉREZ, 2017).

Ossos também podem fornecer informações sobre aspectos específicos da dieta e níveis de poluição ambiental. A análise de oligoelementos pode indicar mudanças na dieta ao longo do tempo. Assim, por exemplo, o zinco (Zn) é um indicador do consumo de proteína animal; o estrôncio (Sr) registra o consumo vegetal; outros elementos como alumínio (Al), sódio (Na) e poeira (Pb) indicam poluição ambiental, diagênese e metabolismo diferença (CUENCA, 1994).

A partir da década de 1980, iniciou-se uma nova fase de pesquisa em

---

<sup>5</sup> Estudos isotópicos: É um ramo da geoquímica que se concentra no estudo das variações naturais nas abundâncias relativas de elementos químicos e seus isótopos.

osteologia, com novos métodos teóricos (bioarqueologia) para melhor compreender as populações pré-hispânicas; novas conquistas também foram feitas na antropologia forense (PÉREZ, 2017).

Nenhum outro continente do mundo tem tantas equipes locais cujos antropólogos forenses são treinados no mais alto nível técnico, sejam estatais ou independentes, para sua internacionalização como a América. Como resultado, argentinos, chilenos, colombianos, guatemaltecos, mexicanos, peruanos e venezuelanos participaram de missões na Europa, África, Ásia e outros países (JOSÉ; RODRÍGUEZ, 2020).

Em contraste com essas experiências, na América Latina, antropólogos locais responderam às necessidades sociais de seus respectivos países participando de comissões da verdade estabelecidas para identificar vítimas e esclarecer fatos (Argentina, Colômbia, Guatemala, México, Peru). Nesse último ponto, a antropologia forense passa a fazer parte da história, contando com evidências materiais de grande relevância científica para escrever os capítulos sombrios de nosso passado e presente (JOSÉ; RODRÍGUEZ, 2020).

Na República Dominicana, o trabalho de Fernando Luna (1945-2005) revelou grandes patologias em restos esqueléticos pré-hispânicos, incluindo tuberculose (LUNA, 1998). Para Porto Rico, além da pesquisa genética (HIDALGO, 2019), as observações paleopatológicas do antropólogo Edwin Crespo se destacam entre as ruínas antigas, nas quais doenças dentárias, processos inflamatórios, infecção por *Treponema*, osteoartrite, vestígios de entesite<sup>6</sup>, lesões compatíveis com trauma antenatal, além à deformação do crânio foram encontradas (CRESPO-TORRES; MICKLEBURGH; VARCARCEL, 2013).

A relação entre os níveis de saúde-doença de indivíduos de uma determinada idade, gênero, condição social (a partir de objetos e vestimentas associados a cadáveres) e o nível econômico alcançado pela sociedade, torna mais fácil rastrear a origem das doenças e entender como diferentes doenças populações antigas afetadas, como eram tratadas ou prevenidas e o impacto desses tratamentos na morbidade e mortalidade pré-históricas (CUENCA, 1994).

Desde a década de 1990, vários pesquisadores do cone sul teriam apoiado uma ideia semelhante baseada na variabilidade craniométrica, segundo a qual os

---

<sup>6</sup> Entesite: Uma inflamação nos tendões e/ou ligamentos.

primeiros paleoamericanos compartilhando dolicocefalia<sup>7</sup> com australo-melaneses teriam ligado ancestrais e descendentes com origens do sudeste asiático, enquanto os índios com mais semelhança mongolóide seriam relacionados à ascendência do nordeste asiático (POWELL; NEVES; PUCCIARELLI, 1999; PUCCIARELLI, 2004) no que se convencionou chamar de modelo de assentamento de dois fatores (TCS) ou bimigração.

Esta não aceita o processo de reestruturação genética posterior em território americano, embora pudesse concluir que houve um processo de diferenciação morfológica nos humanos modernos que provavelmente ocorreu durante o período do Holocênico (HUBBE; HARVATI; NEVES, 2011).

Outros pesquisadores, apoiados por análises morfométricas funcionais<sup>8</sup>, concluem que há uma clara diferença entre a morfologia generalizada indiana paleoamericana, mais especializada no sentido mongolóide, apoiando a ideia da existência de fluxo gênico repetido para a América (GONZÁLEZ, 2001). O problema dessas análises, porém, é que, por um lado, a morfometria 3D não tem o poder de resolução das medidas craniométricas tradicionais em demonstrar as diferenças faciais (ângulo nasomalar, zigomaxilar, nasofacial e zigomático), e por outro lado, os restos mortais da referência são muito fragmentados, restando apenas parte da abóbada craniana (HOWELLS, 1989).

Em algumas comunidades, os processos desenvolvidos para recuperar os restos mortais das vítimas despertaram o interesse daqueles que sobreviveram à violência política em realizar exercícios voltados à reconstrução da história da comunidade (VALENZUELA, 2013).

Com o interesse de apresentar a sua versão dos factos, para que haja documentos onde se registem as adversidades que foram obrigados a enfrentar, onde os mortos não são números de uma estatística, mas pessoas de carne e osso com quem partilharam momentos particulares de história da comunidade. Para que as novas gerações da comunidade e outras tenham o registro do que aconteceu e seus efeitos posteriores. Uma história que recupera situações dolorosas, mas ao mesmo tempo rica em experiências e criatividade necessárias à sobrevivência em condições tão difíceis, onde novas formas de organização foram construídas no

---

7 Dolicocefalia: Má formação crânio fetal decorrente do fechamento prematuro de uma das suturas.

8 Análises morfométricas funcionais: Estudo quantitativo dos parâmetros que determinam uma mesma população.

quadro de tradições culturais ancestrais. Pode ter havido desentendimentos, traições, mas sobretudo um alto grau de solidariedade (VALENZUELA, 2013).

Segundo Martin:

De fato, a forma como uma sociedade lida/trata, ou não, seus mortos diz muito sobre ela em vida, ou sobre as vidas que a compõem e as que são constantemente impedidas de compô-la. Que, assim como os ossos com os quais convivi e vi tornarem-se corpos múltiplos e distintos, nossos corpos-resistência, em conjunto, tornem-se um corpo-potência na mudança dessa cruel realidade que vivemos e que não pode mais ser silenciada e apagada (MARTIN, 2018, p. 46).

Diante disto, denota-se que a Antropologia Forense vem como meio para o trabalho de fontes históricas, assim, houve esclarecimentos de casos de algumas figuras históricas, como os restos atribuídos incorretamente a Fray Miguel de Bologna (1968) e também incorretamente atribuídos ao Brigadeiro Felipe de Neve, este último em coautoria com as antropólogas físicas María Elena Salas Cuesta e Carmen María Pijoán Aguadé e a historiadora Marcela Salas Cuesta do Departamento de Antropologia Física do INAH (LAGUNAS, 1981).

Por fim, cabe destacar o trabalho realizado pela antropóloga María Elena Salas e colaboradores sobre os restos encontrados em Molino del Rey, Chapultepec, atribuídos aos principais defensores do local durante a invasão norte-americana de 1847 (SALAS, 1985).

Embora não se enquadre no âmbito da antropologia física forense, cita-se o trabalho das antropólogas Josefina Bautista e Carmen María Pijoán (1999), que realizaram uma caracterização da morfometria do presidente mexicano Benito Juárez a partir de sua máscara, eles usaram medidas faciais. Denota-se um exemplo da utilização do zoom facial, realizado por meio de uma adaptação devido a falta de acesso ao seu crânio.

Os resultados das diferentes fases da pesquisa antropológico-forense fornecem subsídios valiosos para a pesquisa histórica. Contrastando com outras fontes, permitem ao historiador sustentar sua argumentação com fundamentos técnico-científicos de uma ciência cujo objetivo principal é auxiliar a justiça, no esclarecimento de fatos presumivelmente criminosos. A antropologia forense recolhe versões do testemunho direto dos acontecimentos, o tratamento e sistematização dessas informações, permite estabelecer certos padrões de comportamento criminoso que poderão ser recorrentes em vários espaços da geografia nacional e períodos da sua história (VALENZUELA, 2013). Deste modo, Ginzburg aponta:

Cada sociedade observa a necessidade de distinguir os seus componentes; mas os modos de enfrentar essa necessidade variam conforme os tempos e lugares. Existe, antes de mais nada, o nome; mas, quanto mais a sociedade é complexa, tanto mais o nome parece insuficiente para circunscrever inequivocadamente a identidade de um indivíduo. (GINZBURG, 1989, p. 171-172).

Desta forma, o antropólogo forense torna-se um colaborador necessário do investigador policial e da criminologia, e em geral da medicina legal na luta pela administração da justiça através da identificação de pessoas relacionadas ou não a atos supostamente criminosos. É nessas circunstâncias que o antropólogo físico forense também deve participar e contribuir com seus conhecimentos para a resolução de problemas. A procura e identificação de restos esqueléticos de figuras históricas é outra vertente em que têm intervindo antropólogos físicos e historiadores para a sua identificação e onde o nacionalismo ou o regionalismo podem ou não influenciar a opinião dos investigadores (ZAID, 2006).

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Antropologia Forense (AF) é um campo do conhecimento humano que, mobilizando o conhecimento da anatomia do esqueleto humano, desempenha um papel decisivo na identificação de cadáveres carbonizados, desmembrados, altamente decompostos ou esqueletizados, principalmente produzidos por crimes ou desastres, campo este estudado em pesquisas forenses e osteológicas.

Além da diferenciação social, a saúde das populações antigas e o impacto das mudanças sociais e ambientais, a identificação dos milhares de desaparecidos, em consequência de situações de conflito, tem sido objeto de trabalhos investigativos e práticos (escavação e identificação) no domínio da AF.

Nesta perspectiva, a AF se fez necessária para a identificação de figuras emblemáticas em diversas ocasiões na América Latina e tornou a história dos países do continente mais fundamentada ao demarcar o que ocorreu com estas figuras relevantes, bem como, o estudo a respeito das populações arcaicas pontuam sua evolução morfológica e características diferenciais que com o tempo influem sobre o comportamento social, a probabilidade de desenvolver certa patologia, assim como outros fatores presentes no cotidiano destes povos.

Deste modo, o presente trabalho cumpriu com o objetivo proposto demonstrando que a Antropologia Forense contribui com o Conhecimento Histórico considerando que suas pesquisas têm sido direcionadas ao estudo das condições sociais, políticas e econômicas em que se desenvolveram os conflitos. Entretanto, novas pesquisas devem ser realizadas para a identificação de como a AF vem atuando no auxílio da História no Brasil.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. - Ceará: Universidade Federal do Ceará, 2007. 21 p. Disponível em: <http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses-1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf> acesso em: 05 de setembro de 2022.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no ocidente**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012.

ASSIS, C. Perícia Odontolegal. **Revista Brasileira de Odontologia**, v. 68, n. 1, pp. 72-75, 2011.

(ALAF) ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE ANTROPOLOGÍA FORENSE (Org.). **Guía latinoamericana de buenas prácticas para la aplicación en antropología forense**. Colômbia: [s.n.], 2016, 71 p.

BAUTISTA, M. J.; PIJOÁN, A., C. M. Caracterización morfométrica de don Benito Juárez con base en su máscara mortuoria. **Estudios de Antropología Biológica**, 9: 209-219. Instituto de Investigaciones Antropológicas, Universidad Nacional Autónoma de México/Instituto Nacional de Antropología e Historia/Asociación Mexicana de Antropología Biológica. México, 1999.

CARVALHO, S. P. M., et al. **A utilização de imagens na identificação humana em odontologia legal**. *Radiologia Brasileira*, 42(2), pp. 125-130, 2009.

CAMPILLO, D; SUBIRÀ, M. E.; **Antropologia Física para arqueólogos**. 1ª ed. Barcelona: Ariel, 2004.

CATTANEO, Cristina; CAPPELLA, Annalisa; CUNHA, Eugenia. Post Mortem Anthropology and Trauma Analysis. *P5 Medicine And Justice*, [s.l.], p.166-179, 2017. **Springer International Publishing**. [http://dx.doi.org/10.1007/978-3-319-67092-8\\_11](http://dx.doi.org/10.1007/978-3-319-67092-8_11).

CONGRAM, D.; FERNANDEZ, A. Introducción a la Antropología y Arqueología Forense. **Cuadernos de Antropología**, n. 16. 2006.

CRESPO-TORRES, E.; MICKLEBURGH, H.L.; VARCARCEL, R. R. The study of pre-Columbian human remains in the Caribbean archipelago. From descriptive osteology to a bioarchaeological approach. In **Oxford Handbook of Caribbean Archaeology**, ed. W. F. Keegan., C. Hoffman, and R. Rodríguez, Oxford, UK: Oxford University Press, 2013, pp. 436–451.

CUENCA, José Vicente Rodrigues. **Introducción a la Antropología Forense: Análisis e Identificación de Restos Óseos Humanos**. Departamento de Antropología Universidad Nacional de Colombia Santafé de Bogotá, 1994. Disponível em: [https://www.derechopenalened.com/libros/introduccion\\_a\\_la\\_antropologia\\_forense\\_rodriguez\\_cuenca.pdf](https://www.derechopenalened.com/libros/introduccion_a_la_antropologia_forense_rodriguez_cuenca.pdf) Acessado em 29 de janeiro de 2023.

CUNHA, A. S.; FERREIRA, N. A. **Antropologia Forense**. Reimpressão. Lisboa, Quid Juris Sociedade Editora, 2011.

CUNHA, E. A antropologia forense passo a passo. In Gomes, A. (ed). **A enfermagem forense**. Lisboa Lidel, p. 280-288, 2014.

CUNHA, E. Considerações sobre a antropologia forense na atualidade. **Revista Brasileira de Odontologia Legal**, [s.l.]. v. 4, n. 2, 2017.

CUNHA, Eugénia. **Devolvendo a identidade: a antropologia forense no Brasil**. Cienc. Cult. vol.71 nº 2, São Paulo, Apr./June 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000200011> acessado em 24 de dezembro de 2021.

DEL RIO, P. **Estudio antropológico-forense, antropométrico y morfológico, de la colección de la Escuela de Medicina Legal de Madrid**. Universidad Complutense de Madrid, 2000. Pp. 1-490.

DELWING, F. **Análise do dimorfismo sexual em adultos através de medidas cranianas**. 80 f. Dissertação (Mestrado em Biologia Buco-Dental, área de concentração em Odontologia Legal e Deontologia) - Faculdade de Odontologia de Piracicaba - Universidade Estadual de Campinas, Piracicaba, 2013.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FRANCISCO, R.A. (et al). **A Antropologia Forense como triagem para análises de genética forense**. Saúde, Ética e Justiça, 2013, 18 (1):128-133.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

GONZÁLEZ-JOSÉ R. (et al.). Craniometric variation and the settlement of the Americas: testing hypotheses by means of R matrix and matrix permutation tests. **Am J Phys Anthropol** 116:154–166, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro-11. Ed.- Rio de janeiro: DP&A, 2006.

HIDALGO, P. An overview of data integration in population genetics in the Antilles Islands. En *Biological Anthropology of Latin America. Historical development and recent advances*. D. H. Ubelaker, S. Colantonio eds. Washington: **Smithsonian Contributions to Anthropology**, 2019.

HOWELLS, W. W. *Craniometric Analysis in the Dispersion of Modern Man*. Cambridge: Harvard University, **Papers of the Peabody Museum of Archaeology and Ethnology**, 1989.

HUBBE, M.; HARVATI, K.; NEVES, W. Paleoamerican Morphology in the Context of European and East Asian Late Pleistocene Variation: Implications for Human Dispersion Into the New World. *Am. J. Physical Anthropol.* 144: 442453, 2011.

HUBBE, M.; TERRAZAS, A.; HERRERA, B.; et al.. Morphological variation of the early human remains from Quintana Roo, Yucatan Peninsula, Mexico: Contributions to the discussions about the settlement of the Americas. *PLoS ONE* 15(1): e0227444, 2020.

IBARS, M.; MALGOSA, A. ¿Dónde está el Príncipe de Viana? Los análisis de ADN mitocondrial. **Revista de Arqueología** 2009;331: 40-51

JOSÉ, V.; RODRÍGUEZ, C. **La Antropología Biológica en América Latina y el Caribe: Avances y perspectivas Boletín Antropológico**. Vol. 38, núm. 100. Julio-, pp. 234-285 Universidad de los Andes Venezuela 2020.

KLEPINGER, L. L. **Fundamentals of Forensic Anthropology**. Second Edition. Illinois: WileyLiss. 2006.

LAGUNAS, R., Z. (et al.). Informe rendido al C. Prof. Gastón García Cantú, director del **Instituto Nacional de Antropología e Historia**. Archivo personal, 1981.

LE GOFF, J. *História. Enciclopédia Einaudi. Memória – História*. Trad. Irene Ferreira. Vol. 1. Lisboa: **Imprensa Nacional/Casa da Moeda**, 1984.

LUNA, C. F. Enfermedades en las osamentas indígenas de la Isla de Santo Domingo. **Boletín del Museo del Hombre Dominicano**, 1998. 21: 79-83.

LUNA, L. H.; ARANDA, C. M.; SUBY, J. A. **Avances recientes de la Bioarqueología Latinoamericana**. Buenos Aires: Grupo de Investigación en Bioarqueología, 2014.

MACHADO, L. A. **Identidade cultural Origem do homem e memória – objetos de construção de patrimônio histórico IGPA/UCG**. In: **Identificação Humana**, Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1998.

MARTIN, Victória Franco. **Dos Ossos ao Corpo: Um estudo comparativo entre práticas de Antropologia Forense**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Antropologia. Rio de Janeiro, 2018.



MATSUMURA, S.; FORSTER, P.; RENFREW, C. **Simulations, genetics and human prehistory**. Cambridge, UK, McDonald Institute for Archeological Research, 2008.

MUÑOZ, E. **¿Por qué no podemos hacer diagnósticos genéticos precisos de pacientes concretos?**. Universitat Pompeu Fabra, 2013.

NASCIMENTO, D. R. As Pestes do século XX: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005, pp. 1-10. História e saúde collection. ISBN: 978-65-5708-114-3. <https://doi.org/10.7476/9786557081143>. Acessado em 10 de janeiro de 2023.

PÉREZ, Isabel. **El esqueleto**: útil en antropología y clave para las ciencias forenses. Unam global, 2017. Disponível em: <https://unamglobal.unam.mx/el-esqueleto-util-en-antropologia-y-clave-para-las-ciencias-forenses/> Acessado em 03 de agosto de 2022.

PICKERING, R.; BACHMAN, D. **The Use of Forensic Anthropology**. Taylor and Francis, 2009. Disponível em: <https://www.perlego.com/book/1628601/the-use-of-forensic-anthropology-pdf> Acessado em 20 de janeiro de 2023.

POWELL, J. F.; NEVES W. A.; PUCCIARELLI, H. M. **Afinidades biológicas extracontinentales de los dos esqueletos más antiguos de América**: implicaciones para el poblamiento del Nuevo Mundo. México, Antropología Física Latinoamericana, 1999. 2:7-22.

PUCCIARELLI, H. M. **Migraciones y variación craneofacial humana en América**. Complutum, 2004. 15:225-247.

RAMEY, K. **Manual de Antropología Forense**. Edicions bellaterra, 2007. Pp. 76-336

REMUALDO, V.R. OLIVEIRA, RN. The forensic analysis potencial DNA from different biologicals sammples. **Rev. Assoc Paulista de Cirurgiões Dentistas**, São Paulo-SP, 2005.

SALAS, C..(et al). Molino del rey: historia de un monumento. **Colección Científica, Serie Antropología Física**, Instituto Nacional de Antropología e Historia. México, 1985.

SAUKKO, P.; KNIGHT, B. **Knight's Forensic Pathology**. 3ª Edição. London, Arnold Publishers Ltd, 2004.

SILVA, J. T.S. O. **Antropologia forense e identificação humana**. 2015. 68 f. Dissertação (Mestrado em Medicina Dentária) – Faculdade de Ciências da Saúde – Universidade Fernando Pessoa – Porto, 2015.

SOARES, A. A. **Cientistas do Porto criam teste rápido para identificação de espécies**. Público, 2006.

UBELAKER, D. H.. Perimortem and postmortem modification of human bone. **Lessons from forensic anthropology**. *Anthropologie*, [s. L.], v. 3, n. 19, p.171-174, 1991.

UBELAKER, D. H. A history of forensic anthropology. **American Journal of Physical Anthropology**, v. 165, n. 4, p. 915–923, 2018.

VALENZUELA, Eriwn R. M. **La antropología forense como fuente para la investigación histórica, el caso de la masacre en Cocop**. Universidade de San Carlos de Guatemala. Nova Guatemala, 2013.

VANRELL, J. P. **Odontologia Legal e Antropologia Forense**. 2ª Edição. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2009.

WASSERMAN, Migração e Identidade. **Revista Ágora Editora**. UNISC, vol 7 nº 2, 2001.

ZAID, Lagunas Rodríguez. La antropología física forense, una especialidad necesaria. **Ciencia Ergo Sum**, vol. 13, núm. 2, julio-octubre, 2006, pp. 211-217